

EDITAL DE LEILÃO SOMENTE ON-LINE

Banco Bradesco S/A e Empresas Coligadas

Data: 20 de Agosto de 2018, às 10h00

Leiloeiro: Sergio Villa Nova de Freitas – JUCESP nº 316

Escritório: Pça. da Liberdade, nº 130, 15º and., São Paulo/SP

CONDIÇÕES DE VENDA

Do procedimento de venda

Os bens serão vendidos um a um, a quem maior lance oferecer, por valor igual ou superior ao lance mínimo estipulado para cada imóvel, reservando-se ao comitente Vendedor, o direito de liberar ou não o bem pelo maior preço alcançado, bem como retirar, desdobrar ou reunir os imóveis em lotes de acordo com seu critério ou necessidade, por intermédio do leiloeiro. Ao ofertar o lance, o participante estará ratificando seu prévio conhecimento e plena concordância quanto a todos os termos do edital e condições de venda disponibilizadas pelo leiloeiro, notadamente quanto às condições e restrições específicas de cada imóvel. Eventuais alterações nas descrições dos imóveis, ou suas respectivas condições de venda, ocorridas até a data de realização do leilão, serão, a critério do Comitente Vendedor, noticiadas por meio dos sites www.bradesco.com.br e www.freitasleiloeiro.com.br, cabendo ao interessado acompanhar e se cientificar das referidas alterações.

Da participação no leilão

O interessado, sendo pessoa física, deverá fornecer ao leiloeiro cópia de seus documentos de identificação (CPF, RG e Certidão de Nascimento e/ou Casamento) e se pessoa jurídica, cópia do contrato social ou ata de eleição de diretoria, estatuto social e cartão do CNPJ. Fica esclarecido que menores de 18 anos somente poderão adquirir algum bem se emancipados, representados ou assistidos pelo responsável legal. Estrangeiros deverão comprovar sua permanência legal e definitiva no país.

Da participação somente via Internet

Serão aceitos lances via *internet*, com participação *on-line* dos interessados, por meio de acesso identificado e fornecido sob exclusiva responsabilidade do leiloeiro, através de seu site, estando os interessados sujeitos integralmente às Condições de Venda e de Pagamento dispostas neste edital de leilão. O interessado ao efetuar o cadastramento deverá ter capacidade, autoridade e legitimidade para assumir todas as responsabilidades e obrigações constantes nas Condições de Venda e de Pagamento dispostas no edital de leilão. Para participação do leilão somente *on-line*, deverão os interessados efetuar cadastro prévio no site do leiloeiro, enviar a documentação necessária bem como anuir às regras de participação dispostas no site do leiloeiro para obtenção de "login" e "senha", o qual validará e homologará os lances em conformidade com as disposições do edital. A concretização da arrematação, mediante formalização do recibo de arrematação e Instrumento de Compra e Venda ou Escritura Pública, somente será realizada em nome da pessoa que efetuou o cadastro prévio no site do leiloeiro, não sendo permitido a formalização de recibos ou transferência da propriedade em nome de terceiros. Os lances oferecidos somente *on-line* não garantem direitos ao proponente/arrematante em caso de recusa do leiloeiro ou por qualquer outra ocorrência, tais como, queda ou falhas no sistema, conexão de *internet*, linha telefônica ou outras ocorrências, sejam quais forem os motivos, posto que são apenas facilitadores de oferta aos interessados, com os riscos naturais às falhas ou impossibilidades técnicas, imprevisões e intempéries, que são assumidos com exclusividade pelo interessado quando da sua participação, não sendo cabível qualquer reclamação a respeito.

Do envio de lances on-line

Os interessados cadastrados e habilitados para o leilão estarão aptos a ofertar lances por meio do sistema on-line no site do leiloeiro, devendo ser respeitado o horário estipulado para o encerramento de cada lote. Sobrevindo lance nos 02 (dois) minutos antecedentes ao horário previsto para o encerramento do lote, haverá(ão) prorrogação(ões) por mais 2 (dois) minutos, para que todos os usuários interessados tenham a oportunidade de ofertar novos lances. O envio de lances para cada lote será encerrado, caso este, não receba lances durante os 2 (dois) minutos finais, ficando como vencedor o último lance ofertado.

Dos impedimentos para aquisição

É vedada a alienação com opção para pagamento a prazo, em qualquer modalidade, para compradores com restrições cadastrais ou em mora perante o Vendedor ou outras Instituições, ainda, se figurar no cadastro dos órgãos de proteção ao crédito, tais como, Serasa, SPC, etc. Constatando-se qualquer uma das situações durante a realização do evento, o imóvel será reconduzido a pregão, a critério exclusivo do Vendedor. Caso a constatação

ocorra após o encerramento do evento, a venda poderá ser considerada sem efeito a critério do Vendedor. Em qualquer situação não há obrigação do Vendedor em informar ao arrematante as restrições existentes pois fica a seu critério a conclusão ou não da venda.

Das visitas prévias aos imóveis

As fotos dos imóveis divulgadas são meramente ilustrativas, competindo, portanto, aos interessados, procederem visita prévia à realização do leilão.

Da venda em caráter *Ad Corpus* e conforme o estado físico dos imóveis

Os imóveis serão vendidos em caráter "*AD CORPUS*" e no estado em que se encontram, sendo que as áreas mencionadas nos editais, folhetos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, isto é, o arrematante adquire o imóvel como se apresenta como um todo, independentemente de suas exatas e verdadeiras limitações, sejam elas quais forem, não podendo, por conseguinte, exigir complemento de área, reclamar eventuais mudanças nas disposições internas dos cômodos dos imóveis apregoados, não podendo ainda, alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação e localização dos bens, seja a que tempo ou título for, não sendo cabível, portanto, pleitear a rescisão do contrato ou abatimento proporcional do preço em tais hipóteses.

Da venda conforme o estado fiscal e documental dos imóveis e da responsabilidade por regularizações necessárias

Os imóveis serão vendidos na situação em que se encontram registrados no cartório de registro de imóveis onde estão matriculados e nas condições fiscais em que se apresentarem perante os órgãos públicos, obrigando-se o Comprador, de maneira irrevogável e irretratável, a promover regularizações de qualquer natureza, cumprindo inclusive, quaisquer exigências de cartórios ou de repartições públicas, inclusive previdenciárias, que tenham por objeto a regularização dos imóveis junto a cartórios e órgãos competentes, o que ocorrerá sob suas exclusivas expensas. De igual modo, o Vendedor não responde por débitos não apurados junto ao INSS dos imóveis com construção em andamento, concluída ou reformada, não averbada no Registro de Imóveis competente, bem como quaisquer outros ônus, providências ou encargos necessários.

Da cientificação prévia acerca de exigências e restrições de uso dos imóveis

O Comprador deverá se cientificar prévia e inequivocadamente, por conta própria, das exigências e restrições de uso impostas pela legislação e órgãos públicos (municipal, estadual e federal), especialmente no tocante a legislação e preservação ambiental, saneamento, situação enfiteutic, uso do solo e zoneamento, servidões de qualquer natureza e ainda, das obrigações e dos direitos decorrentes das convenções e especificações de condomínio ou imposições dos loteamentos, quando for o caso, às quais estará obrigado a respeitar por força da arrematação do imóvel, não ficando o Vendedor, responsável por qualquer levantamento ou providências neste sentido. O Vendedor não responde por eventual contaminação do solo ou subsolo ou passivos de caráter ambiental.

Dos imóveis com enfiteuse

O comprador deverá apurar a situação enfiteutic e sendo foreiro, providenciar por conta própria, perante o Senhorio, a transferência de titularidade, ainda que cadastrado em nome de terceiros, no prazo de até 90 dias da aquisição.

Dos pagamentos, condição resolutive e da comissão do leiloeiro

O comprador deverá pagar em até 2 dias úteis, após a arrematação, a importância equivalente ao sinal ou, quando for o caso, a totalidade do valor do arremate ao Vendedor, mais comissão de 5% (cinco por cento) ao leiloeiro (em pagamentos separados). O pagamento relativo ao sinal (vendas parceladas) ou ao valor integral (vendas à vista), fica subordinado a Condição Resolutiva, o que implicará na resolução de pleno direito do negócio jurídico, independentemente de notificação, não gerando qualquer efeito para as partes ou terceiros, sem prejuízo da apuração de perdas e danos pelo Vendedor, ficando o imóvel livre para ser alienado, de imediato. O Vendedor fixará o local para pagamento do saldo ou da 1ª (primeira) parcela do preço e/ou assinatura dos documentos necessários à formalização da venda.

Dos pagamentos a prazo

As vendas efetuadas mediante pagamento parcelado estarão sujeitas à análise de crédito pelo Vendedor. O vencimento da 1ª (primeira) parcela será em 30 (trinta) dias após a data do leilão, e as demais parcelas em igual dia dos meses subsequentes, independentemente da transmissão de posse e assinatura do Instrumento Particular de Compra e Venda de Bem Imóvel com Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária em Garantia ("Instrumento") em até 30 dias do leilão. Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer parcela do preço, inclusive antes do registro do Instrumento na matrícula do imóvel, independentemente das medidas que possam ser adotadas no sentido da rescisão contratual, sobrevirá o acréscimo imediato de juros de mora à razão de 12% a.a. (doze por cento ao ano), correção monetária pelo IGP-M e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da dívida. A qualquer modo, o não pagamento de quaisquer das parcelas do saldo, em seus exatos vencimentos, facultará ao Vendedor notificar o

Comprador, judicial ou extrajudicialmente, com prazo de 15 (quinze) dias para efetuar o pagamento da parcela vencida, com os acréscimos acima. Vencido tal prazo, sem a purgação da mora, poderá o Vendedor, a seu critério exclusivo, optar pelo vencimento antecipado de todo o saldo, com os acréscimos acima mencionados, ou considerar o negócio rescindido de pleno direito, retendo 50% (cinquenta por cento) de todas as quantias já pagas pelo Comprador, a título compensatório, ficando o imóvel liberado para ser comercializado novamente pelo Vendedor. Não constituirão motivo para desfazimento do negócio pelo Comprador, ou modificação dos vencimentos das parcelas do saldo do preço de aquisição, o eventual atraso na formalização do Instrumento de venda, especialmente quando celebrado fora da Sede da Matriz do Vendedor.

Da impossibilidade de arrependimento pelo arrematante

Os lances declarados vencedores não comportam arrependimento unilateral, portanto, após notificado o(a) Comprador(a) para a formalização da escritura pública ou Instrumento, conforme o caso, não sendo estes devidamente formalizados por iniciativa do arrematante, perderá este em proveito do Vendedor, o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do montante dos valores pagos, incluindo as arras, independentemente de qual tenha sido o motivo alegado para o rompimento do negócio, verba essa que tem a finalidade de ressarcir o Vendedor dos prejuízos pelo direitos relativos ao imóvel, pelo simples fato de terem permanecido à disposição do arrematante no período de vigência do liame jurídico, perdendo ainda, todos os direitos com relação à compra efetuada, ficando o imóvel liberado ao Vendedor, de imediato, para nova venda.

Da Escritura Pública ou Instrumento Particular de Compra e Venda de Bem Imóvel com Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária em Garantia

Ressalvadas as restrições específicas de cada imóvel, bem como das Condições Específicas para os imóveis rurais adiante descritas, nas vendas à vista, será formalizada a escritura pública de venda e compra, e nas vendas a prazo, será celebrado o Instrumento Particular de Compra e Venda de Bem Imóvel com Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária em Garantia, que deverá ser registrado na matrícula do imóvel pelo Comprador, e este deverá apresentar ao Vendedor, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do Instrumento, a comprovação do registro perante o Ofício Imobiliário competente, com a apresentação da certidão atualizada da matrícula do imóvel, bem como da alteração cadastral perante órgãos públicos e condomínios quanto à responsabilidade por tributos e encargos, exceto os imóveis com ressalvas apontadas em suas descrições, que estejam em procedimento de atualização de atos societários do Vendedor no Registro Imobiliário, com eventual necessidade de renovação das certidões do INSS e da Receita Federal / Procuradoria, bem como, que dependam de outras regularizações documentais a serem efetuadas. As escrituras serão lavradas perante o Tabelionato indicado pelo Vendedor. Vencida a documentação disponibilizada para outorga da Escritura Pública, por culpa do Comprador, ficará sob sua responsabilidade, a obtenção de novos documentos, hipótese em que o Vendedor não poderá ser responsabilizado no caso de atraso. Lavrada a escritura, deverá o Comprador apresentar ao Vendedor, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da lavratura, a comprovação do registro perante o Ofício Imobiliário competente, com a apresentação da certidão atualizada da matrícula do imóvel, bem como da alteração cadastral perante órgãos públicos e condomínios quanto à responsabilidade por tributos e encargos. Havendo inadimplência do(a) Comprador(a) após a apresentação por este de comprovação do Instrumento, devidamente registrado na matrícula do imóvel ao Vendedor, serão adotadas todas as condições estabelecidas na Lei 9.514/97, conforme disposto no Instrumento.

Da assinatura de Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra

Na hipótese de ocorrer qualquer pendência documental que obste a imediata lavratura da escritura pública definitiva, nos casos de pagamento a vista, ou do Instrumento, no caso de pagamento parcelado, ficará facultado ao Vendedor celebrar Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra, quitado ou parcelado, conforme o caso. O Comprador ficará obrigado a receber a escritura pública definitiva ou Instrumento tão logo concluídas todas as regularizações e providências necessárias.

Das despesas com a transferência dos imóveis

Serão de responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas necessárias à transferência dos imóveis, tais como, imposto de transmissão, taxas, emissão de alvarás, certidões, certidões pessoais, certidões em nome do Vendedor, outorga de escrituras públicas, emolumentos cartorários, registros, averbações de qualquer natureza, inclusive o recolhimento de laudêmio e obtenção de certidões autorizativas, ainda que relativo a hipóteses de situações enfiteúticas não declaradas ao tempo da alienação.

Da cláusula *constituti* e da transferência da posse dos imóveis desocupados

Nas vendas à vista, a posse do bem será transferida ao arrematante em até 72 (setenta e duas) horas após comprovada a compensação bancária do valor integral do lance, enquanto nas vendas parceladas, a posse dos

imóveis será transmitida após o prazo de 10 (dez) dias a contar da data de apresentação ao Vendedor da certidão atualizada da matrícula do imóvel, constando o registro da Alienação Fiduciária em Garantia. Confirmadas as compensações bancárias, no caso de pagamento à vista, operar-se-á automaticamente a transmissão da posse, direitos, obrigações e ações incidentes sobre o imóvel, por força da cláusula *constituti* ora estabelecida, cabendo ao arrematante providenciar seu ingresso no imóvel, podendo, a seu critério e após os prazos acima, retirar as chaves do imóvel perante a agência indicada na descrição do bem.

Das medidas e encargos necessários à desocupação dos imóveis ocupados

Quanto aos imóveis ocupados, ocorrida a compensação do valor integral relativo ao lance (vendas à vista), ou do sinal (vendas a prazo), serão transferidos os direitos, obrigações e ações incidentes sobre o bem, por força desta cláusula. Todas as providências e despesas necessárias à desocupação dos imóveis, ocupados a qualquer título, correrão por conta exclusiva do Comprador. Eventualmente, o Vendedor poderá ter ajuizado ação de imissão de posse dos imóveis alienados na condição de ocupados, respondendo tão somente pelos honorários advocatícios contratuais, já despendidos para distribuição da referida ação, não respondendo, todavia, pelos seus resultados, transferindo-se ao Comprador, as vantagens, despesas/custas judiciais e ônus decorrentes da respectiva demanda judicial, ou outros atos suplementares eventualmente necessários à retomada do bem, devendo o Comprador, constituir advogado, a fim de adotar as medidas objetivando a substituição processual, se possível, ou a intervenção na condição de assistente.

Dos imóveis ocupados, adquiridos pelo Vendedor pelo rito da Lei 9.514/97 – alienação fiduciária em garantia

O artigo 30 da citada Lei estabelece a possibilidade dos cessionários ou sucessores do fiduciário, pleitearem medida liminar tendente à desocupação do imóvel, em 60 (sessenta) dias. Desta forma, aos arrematantes dos imóveis identificados pela sigla “AF”, que se encontrem ocupados por devedores fiduciários, antecessores do ora Vendedor, subsistirá a possibilidade de buscarem, por conta e risco, a mencionada concessão liminar, permanecendo, a qualquer modo, exclusivos responsáveis por todas as providências e encargos necessários à efetiva desocupação do imóvel, eximindo o Vendedor de qualquer responsabilidade, notadamente quanto a eventual decisão judicial desfavorável, seja qual for o seu fundamento.

Da responsabilidade fiscal e de encargos incidentes sobre os imóveis

Todos os débitos pendentes relativos a tributos, despesas condominiais e outros encargos, que incidem sobre os imóveis serão de responsabilidade do Vendedor até a data do leilão, exceto os imóveis apontados de forma diversa em sua descrição, cuja responsabilidade será exclusiva do Comprador, independentemente da data dos fatos geradores dos respectivos débitos, devendo ser quitados junto aos respectivos credores até a data de outorga da escritura pública definitiva ou assinatura do Instrumento, conforme o caso, sem direito a qualquer ressarcimento. O pagamento de eventuais encargos imobiliários de responsabilidade do Vendedor, apurados até a data da venda, tais como, dívidas de Condomínio, IPTU e outras, cobrados nas formas administrativas ou judiciais, bem como a obtenção das respectivas certidões negativas e baixas de eventuais gravames, ocorrerá no menor prazo possível, porém não definido.

Das vendas condicionadas ao não exercício de direito de preferência

Subsistindo direito de preferência aquisitiva por terceiros, em relação à quaisquer imóveis ofertados, seja em razão de locação, condomínio, arrendamento rural ou qualquer outra previsão legal, a arrematação ficará condicionada ao não exercício do direito de preferência por seu detentor, nas mesmas condições ofertadas pelo arrematante. A escritura pública definitiva ou Instrumento, será outorgada ou emitida, conforme o caso, em até 60 (sessenta) dias após o decurso do prazo previsto em lei, qual seja, 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação a ser encaminhada pelo Vendedor ao(s) locatário(s) ou condômino(s), após a realização do leilão, adotando-se as demais condições e ressalvas previstas no item “Da Escritura Pública ou Instrumento Particular de Compra e Venda de Bem Imóvel com Pacto Adjecto de Alienação Fiduciária” acima exposto.

Da hipótese de evicção e respectiva indenização

Os imóveis disponibilizados à venda, não sendo originários dos ativos de uso do Vendedor, podem, a qualquer tempo e eventualmente, ser objeto de reivindicação judicial ou gravames (administrativos ou judiciais), cujos resultados das demandas ou baixas serão suportados pelo Vendedor. Fica esclarecido que no tocante às demandas judiciais, o Vendedor responderá somente por ocasião da definitiva decisão judicial, transitada em julgado, não constituindo as referidas demandas, em qualquer situação, motivo para o arrematante pleitear o desfazimento da arrematação, seja a que tempo ou título for. A indenização por evicção (perda da coisa por força de sentença judicial) corresponderá somente até o limite do preço da venda do imóvel, com acréscimo do IGP-M da FGV, a contar de seu desembolso integral ou do sinal e das respectivas parcelas pagas, bem como da comissão do Leiloeiro, e dos custos com escritura e registro da propriedade, não sendo conferido ao adquirente o direito de pleitear quaisquer outros valores indenizatórios, a exemplo daqueles estipulados nos artigos 448 e 450 do Código Civil Brasileiro e tampouco por

benfeitorias eventualmente introduzidas no imóvel, após a data da aquisição, pelas quais não poderá sequer pleitear direito de retenção.

Das condições específicas para imóveis rurais

Além das condições de venda já estabelecidas, competirá exclusivamente ao Comprador, às suas expensas e sem direito a qualquer indenização ou apresentar questionamento de qualquer natureza no futuro: **1)** Adotar as medidas possessórias necessárias em face de eventuais ocupações declaradas ou clandestinas, incluindo direitos trabalhistas, se houver; **2)** Providenciar georreferenciamento, além das respectivas aprovações perante o INCRA e demais órgãos pertinentes; **3)** Apurar eventual necessidade de promover a demarcação dos imóveis, adotando as medidas judiciais ou extrajudiciais que venham a ser necessárias, incluindo ajustes em geral com os confrontantes e retificação dos registros, se for exigido; **4)** Retificar, se necessário, as declarações de exercícios anteriores e cadastros dos imóveis perante a Receita Federal, INCRA e demais órgãos, respondendo por eventuais diferenças ou débitos de ITR ou outros tributos, taxas e encargos que sejam apurados, independentemente da data de seus fatos geradores; **5)** Elaborar e entregar as declarações de ITR, de exercícios vigentes e anteriores, perante a Receita Federal e pagar o Imposto Territorial Rural respectivo; **6)** Regularizar/averbar as eventuais edificações perante os Registros de Imóveis e demais órgãos, bem como servidões de qualquer natureza, inclusive de passagem; **7)** Averbar reserva legal de área, elaborando, também, caso necessário, Ato Declaratório Ambiental (ADA) perante o IBAMA; **8)** Cientificar-se previamente das exigências e restrições de uso impostas pela Legislação e órgãos públicos (municipal, estadual ou federal), aplicáveis aos imóveis, no tocante a restrição de uso, reserva legal, preservação ambiental, saneamento, às quais estará obrigado a respeitar por força da aquisição do imóvel.

O Vendedor não responde por eventuais danos ambientais, desmatamentos não autorizados pelos órgãos reguladores ou, ainda, por contaminação do solo ou subsolo, ocorridos em qualquer tempo. Satisfeitas todas as medidas necessárias pelo Comprador, será lavrada a escritura pública, sendo que na opção de pagamento parcelado, será o Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel com Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária em Garantia.

Da não configuração de novação ou renúncia de direitos

A omissão ou tolerância do Vendedor, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições do edital e ou instrumento utilizado para formalizar a venda, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

Do enquadramento perante o COAF

O Vendedor declara que cumpre toda e qualquer legislação vinculada a prevenção e combate a crime de "lavagem de dinheiro", inclusive aos atos normativos editados pelo COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras - conforme Lei nº 9.613 de 03 de março de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.799 de 08 de outubro de 1998.

Do foro de eleição

Fica eleito o Foro da Comarca de cada imóvel, para neles sejam dirimidas quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente edital.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1 - À vista:

Para os imóveis arrematados por qualquer valor, com pagamento no ato da arrematação, será **concedido desconto de 10%**. Sobre o valor do arremate, incorrerá a comissão de 5% ao Leiloeiro a ser pago pelo arrematante.

Obs.: Sem uso do FGTS.

2 – Parcelado:

2.1 - Qualquer imóvel:

Sinal mínimo de 25%, mais comissão de 5% ao Leiloeiro e o saldo restante em até 12 parcelas mensais, iguais, consecutivas e sem acréscimos.

Obs.: Sem uso do FGTS.

2.2 - Arrematados por valor até R\$ 100.000,00:

Sinal mínimo de 25%, mais comissão de 5% ao Leiloeiro e o saldo restante a ser acrescido mensalmente da taxa de juros efetiva de 12% a.a., calculada pelo Sistema de Amortização - Tabela Price e correção anual pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, se positivo, a ser pago em 24 parcelas mensais.

Obs.: Sem uso do FGTS.

2.3 - Arrematados por valor superior a R\$ 100.000,00:

Sinal mínimo de 30%, mais comissão de 5% ao Leiloeiro e o saldo restante a ser acrescido mensalmente da taxa de juros efetiva de 12% a.a., calculada pelo Sistema de Amortização - Tabela Price e correção mensal pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, se positivo, a ser pago em 36 ou 48 parcelas mensais.

Obs.: Sem uso do FGTS.

3 - Financiamento: Imóveis residenciais, desocupados e sem restrição documental, sendo que em qualquer das modalidades a garantia será a alienação fiduciária do imóvel.

Obs.: A posse direta do imóvel será transferida ao comprador somente após a liberação do financiamento pela Instituição Financeira.

3.1 - Carteira Habitacional - SFH, Prestações atualizadas, com valor de avaliação do imóvel até R\$ 950.000,00 (para os imóveis situados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal), para os demais Estados, avaliação do imóvel até R\$ 800.000,00, para enquadramento nas condições do SFH:

Sinal mínimo de 20%, mais comissão de 5% ao Leiloeiro e o saldo restante financiado em até 360 meses (30 anos), em prestações mensais e sucessivas;

Taxa de juros efetiva de 10% a 12% ao ano + TR calculada pelo SAC – Sistema de Amortização Constante ou Sistema de Amortização - Tabela Price;

Prestações reajustadas mensalmente pelo Índice da Remuneração Básica da Poupança (MENPOU);

Comprometimento inicial máximo da renda líquida: até 30% no SAC ou 15% na Tabela Price;

Saldo devedor corrigido mensalmente pelo índice de atualização das contas de poupança;

Uso do FGTS para reduzir o saldo financiável, quando a operação se enquadrar no SFH.

3.2 - Carteira Habitacional – Taxa de Mercado – Prestações atualizadas, com valor de avaliação do imóvel acima de R\$ 950.000,00 e até R\$ 5.000.000,00 (para os imóveis situados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal), para os demais Estados, avaliação do imóvel acima de R\$ 800.000,00 até R\$ 5.000.000,00:

Sinal mínimo de 20%, mais comissão de 5% ao Leiloeiro e o saldo restante financiado em até 360 meses (30 anos), em prestações mensais e sucessivas;

Taxa de juros efetiva de 11% a 14,50% ao ano + TR calculada pelo SAC – Sistema de Amortização Constante ou Sistema de Amortização - Tabela Price;

Prestações reajustadas mensalmente pelo Índice da Remuneração Básica da Poupança (MENPOU);

Comprometimento inicial máximo da renda líquida: até 30% no SAC ou 15% na Tabela Price;

Saldo devedor corrigido mensalmente pelo índice de atualização das contas de poupança

Obs.: Para Financiamento – item 3:

- As prestações não poderão ser inferiores a R\$ 200,00;
- O interessado deverá procurar qualquer agência Bradesco para consulta prévia de enquadramento;
- Estão disponíveis no site www.bradesco.com.br os simuladores, nos quais os interessados no financiamento poderão obter as planilhas demonstrando a evolução da dívida e gráficos que irão auxiliar no esclarecimento e dúvidas dos interessados, bem como a relação dos documentos necessários a serem apresentados.

Banco Bradesco S.A.

LOTE	DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS
1	<p>São Paulo-SP. Vila Carrão. Al. Rainha Santa, 100. Empreendimento denominado "Villas Nova Tatuapé 1". Casa nº 20, c/ 03 vagas de garagem descobertas. Áreas totais: terr. 209,781m² e constr. 180,12m². Matr. 181.924 do 9º RI local. Obs.: Numeração predial pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF). (Cód. do imóvel 29134). Lance Mínimo: R\$ 659.000,00</p>
2	<p>São Paulo-SP. Bairro Tucuruvi. Av. Coronel Sezefredo Fagundes, 665/797. Condomínio Residencial Varanda Tremembé. Ap. 165 - tipo A (16º pav. do bl. 2), c/ 01 vaga na garagem coletiva. Área priv. 81,740m². Matr. 220.010 do 15º RI local. Obs.: Os débitos de IPTU e condomínio existentes até a data da venda, deverão ser apurados e pagos pelo arrematante, sem direito a reembolso (valor aproximado, atualizado até julho/2018: R\$ 56.444,10). Numeração predial pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. Ocupado. (AF). (Cód. do imóvel 29143). Lance Mínimo: R\$ 209.000,00</p>
3	<p>Ribeirão Preto-SP. Loteamento denominado Ribeirânia-Gleba "B". Rua Olímpia Meirelles Palma, 450 (parte da qd. 110). Casa. Áreas totais: terr. 811,49m² e constr. 196,75m². Matr. 52.700 do 2º RI local. Obs.: O Vendedor teve conhecimento da existência da seguinte ação, ressaltando que ainda não foi citado: - Ação de Procedimento Comum, processo nº 1010454-66.2017.8.26.0506 em trâmite na 2ª Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto. O Vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas "Condições de Venda dos Imóveis" constantes do edital. Eventual regularização perante os órgãos competentes da atual destinação de uso correrá por conta do comprador. O comprador deverá cientificar-se das restrições do loteamento constantes na citada matrícula. Ocupada. (AF). (Cód. do imóvel 29132). Lance Mínimo: R\$ 298.000,00</p>
4	<p>São Paulo-SP. Jardim Sant'Ana. Bairro do Mandaqui. Rua Dona Luiza Tolle, 481. Ed. Dona Luiza Tole. Ap. 61 (6º andar), c/ 02 vagas de garagem nºs 03 e 24 (1º subsolo). Área útil 95,00m² (ap.), 12,00m² (vaga 03) e 10,00m² (vaga 24). Matr. 44.314 (ap.), 44.315 (vaga 03) e 44.316 (vaga 24) do 3º RI local. Obs.: Eventuais débitos de condomínio, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. Ocupado. (AF). (Cód. do imóvel 29140). Lance Mínimo: R\$ 209.000,00</p>
5	<p>Presidente Prudente-SP. Vila Santa Helena. Rua Profº Hugo Miele (antiga Rua Maria Claudia), nº 32 (Lt. 2 da qd. triangular). Imóvel comercial/residencial. Áreas totais: terr. 275,00m² e constr. 249,11m². Matr. 30.369 do 1º RI local. Obs.: Ocupado. (AF). (Cód. do imóvel 28865). Lance Mínimo: R\$ 179.900,00</p>
6	<p>São Paulo-SP. Bairro Pirituba. Av. Raimundo Pereira de Magalhães, 1720. Cond. Projeto Bandeirante. Ed. Via Mônaco. Ap. 216 - Bl. 26 c/ direito de uso de 01 vaga de garagem. Área priv. 65,63m². Matr. 132.318 do 16º RI local. Obs.: Constam Ação de Procedimento Comum, processo 1004572-34.2014.8.26.0020 e ação de Cautelar Inominada, processo nº 1002574-79.2014.8.26.0004, ambas em trâmite na 1ª Vara Cível - Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó. O Vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas "Condições de Venda dos Imóveis" constantes do edital. Ocupado. (AF). (Cód. do imóvel 17138). Lance Mínimo: R\$ 189.900,00</p>
7	<p>São Paulo-SP. Vila Granada. Rua Mandú, 285. Condomínio Residencial Villa D'Este. Ed. Ravenna. Ap. 32 (3º andar) e vaga de garagem nº 57 – Tipo 3. Área Priv. 50,180m² (ap) e 10,00m² (vaga). Matr. 109.453 e 109.454 do 12º RI local. Obs.: Os débitos de IPTU e condomínio existentes até a data da venda, deverão ser apurados e pagos pelo arrematante, sem direito a reembolso (valor aproximado, atualizado até julho/2018: R\$ 173.000,00). Ocupado. (Cód. do imóvel 29171). Lance Mínimo: R\$ 49.900,00</p>

8	<p>Franco da Rocha-SP. Bairro Companhia Fazenda Belém. Rua Gumercindo Rodrigues de Oliveira (antiga Travessa Atibaia), 472 (Parte do lt. 157 da planta 1/A). Casa. Áreas totais: terr. 327,68m² e constr. estimada 125,00m² (consta no IPTU 68,00m²). Matr. 80.508 do RI local. Obs.: Regularização e encargos perante os órgãos competentes da divergência da área construída estimada no local com a lançada no IPTU e averbada no RI, correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF). (Cód. do imóvel 29147). Lance Mínimo: R\$ 109.000,00</p>
9	<p>Descalvado-SP. Jardim Belém. Chácara Betânia. Rua Carlos Púlici (Lt. 01). Casa. Áreas totais: terr. 551,38m² e constr. lançada no IPTU 211,50m². Matr. 14.639 do RI local. Obs.: O Vendedor teve conhecimento da existência da seguinte ação, ressaltando que ainda não foi citado: - Ação de Tutela Cautelar Antecedente, processo nº 1001004-36.2018.8.26.0160 em trâmite na 1ª Vara - Foro de Descalvado/SP. O Vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas "Condições de Venda dos Imóveis" constantes do edital. Construção pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. O Vendedor providenciará, sem prazo determinado, a baixa das Ações de Execução de Título Extrajudicial constantes nos AV.6 e AV.8 da citada matrícula. Ocupada. (AF). (Cód. do imóvel 29148). Lance Mínimo: R\$ 126.000,00</p>
10	<p>Mogi das Cruzes-SP. Jardim São Pedro. Av. Nellusco Lourenço Boratto, 150. Empreendimento denominado "Helbor Espaço e Vida lpoema". Ap. 91 (9º pav. da torre 2), c/ 01 vaga na garagem coletiva. Área priv. 63,030m². Matr. 65.840 do 1º RI local. Obs.: Ocupado. (AF). (Cód. do imóvel 29135). Lance Mínimo: R\$ 124.000,00</p>
11	<p>Taubaté-SP. Bairro da Monção. Granja Daniel - Gleba "B". Rua Walton Almeida Boechat, 57. Ed. Residencial Istar. Ap. 22 (2º pav.), c/ 01 vaga de garagem nº 22. Área útil 86,325m². Matr. 101.720 do RI local. Obs.: O Vendedor providenciará, sem prazo determinado as baixas da averbação premonitória da Ação de Despejo por Falta de Pagamento Cumulado com Cobrança constante na AV.5 da citada matrícula, e da Penhora constante na AV.6 da citada matrícula. Ocupado. (AF). (Cód. do imóvel 29138). Lance Mínimo: R\$ 119.000,00</p>
12	<p>Formosa do Rio Preto-BA. Área rural c/ 1.000,0ha desmembrada da área maior da Fazenda Santa Maria, atual Fazenda Lusitânia I. Loteamento Santa Maria Ilha de São João – Lote nº 13. INCRA 301.086.007.145-9. Matr. 1.966 do RI local. Obs.: Ocupada. (AF). (Cód. do imóvel 22721). Lance Mínimo: R\$ 6.999.000,00</p>
13	<p>Vitória da Conquista-BA. Loteamento Parque Primavera - Zona da Lagoa de João Gomes - Lagoa das Flores. Terreno c/ área total aprox. 135.526,00m², constituídos pelos lotes nº.s 1 a 7 da qd. 5 e 2 a 7 da qd. 6. Matr. 17.979 do 1º RI local. Obs.: Consta Ação de Procedimento Comum, processo nº 0806268-54.2015.8.05.0274 em trâmite na 5ª Vara de Feitos de Rel. de Cons. Cível e Comerciais - Vitória da Conquista-BA. O Vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas "Condições de Venda dos Imóveis" constantes do edital. Ocupado. (AF). (Cód. do imóvel 22348). Lance Mínimo: R\$ 249.000,00</p>
14	<p>Campo Formoso-BA. Área rural c/ 140,92,63ha (contendo benfeitorias), denominada Fazenda Praça. Matr. 4.832 do RI local. Obs.: Ocupada. (AF). (Cód. do imóvel 28892). Lance Mínimo: R\$ 176.000,00</p>
15	<p>Poçoas-BA. Bairro Alto da Vitória. Loteamento "Juvenal Pedro dos Santos". Rua 7, 311 (Lt. 315 da qd. X). Casa. Áreas totais: terr. 200,00m² e constr. 142,76m² (consta no IPTU 127,90m²). Matr. 11.264 do RI local. Obs.: O Vendedor teve conhecimento da existência da seguinte ação, ressaltando que ainda não foi citado: - Ação de Procedimento Ordinário, processo nº 8000857-84.2017.8.05.0199 em trâmite na Vara dos Feitos de Rel de Cons Cíveis e Comerciais de Poçoas/BA. O Vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas "Condições de Venda dos Imóveis" constantes do edital. Regularização e encargos perante os órgãos competentes da divergência da área construída estimada no local com a lançada no IPTU e averbada no RI, correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF). (Cód. do imóvel 28888). Lance Mínimo: R\$ 69.900,00</p>

16	Goiânia-GO. Bairro Setor Façalville. Av. Independência, 116. Condomínio Novo Atlântico Ilha Bela. Ap. 803 (bl. C/D – Ala C), c/ 01 box de garagem nº 306 (térreo). Área priv. 74,970m². Matr. 303.182 do RI da 1ª Circunscrição local. Obs.: Numeração predial pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. Ocupado. (AF). (Cód. do imóvel 29154). Lance Mínimo: R\$ 112.000,00
17	Senador Canedo-GO. Loteamento “Residencial Buriti”. Rua RB 03A (Lt. 20 da qd. 16), esquina c/ Rua RB 18. Terreno c/ 579,47m². Matr. 12.107 do RI local. Obs.: Ocupado. (AF). (Cód. do imóvel 28883). Lance Mínimo: R\$ 43.000,00
18	Senador Canedo-GO. Loteamento “Residencial Buriti”. Rua RB 03A (Lt. 01 da qd. 16). Terreno c/ 360,00m². Matr. 12.095 do RI local. Obs.: Eventual desocupação correrá por conta do comprador. (AF). (Cód. do imóvel 28871). Lance Mínimo: R\$ 26.900,00
19	Porto Alegre-RS. Bairro Cristal. Av. Wenceslau Escobar, 1086. Conjunto Residencial Santos Dumont. Ed. Xavante. Ap. 415 (4º pav.). Área priv. 63,61m². Matr. 37.284 do RI da 3ª Zona local. Obs.: O Vendedor teve conhecimento da existência da seguinte ação, ressaltando que ainda não foi citado: - Ação Revisional, processo nº 0000789-10.2018.8.21.0001 em trâmite na 4ª Vara Cível do Foro Central. O Vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas “Condições de Venda dos Imóveis” constantes do edital. Ocupado. (AF). (Cód. do imóvel 29146). Lance Mínimo: R\$ 111.900,00
20	Caxias do Sul-RS. Jardim Eldorado. Rua Vitório Battisti, 1.856. Empreendimento denominado “Villaggio Splendore – Torre 3”. Ap. 3116 (11º pav.). Área priv. 49,95m². Matr. 69.941 do RI da 2ª Zona local. Obs.: Ocupado. (AF). (Cód. do imóvel 29133). Lance Mínimo: R\$ 58.000,00
21	Palmeiras do Tocantins-TO. Chácara Urbana nº 013. Av. Mussum. Terreno c/ 48.400,00m². Matr. 1.194 do RI local. Obs.: Atual denominação do logradouro pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. Eventual desocupação correrá por conta do comprador. Ocupado. (AF). (Cód. do imóvel 28890). Lance Mínimo: R\$ 114.000,00
22	Gurupi-GO. Parque Residencial Nova Fronteira. Rua 80-C, 52 (Lt.01-A da qd. 179). Casa. Áreas totais: terr. 255,00m² e constr. 167,40m². Matr. 27.508 do RI local. Obs.: Ocupada. (AF). (Cód. do imóvel 29348). Lance Mínimo: R\$ 135.900,00
23	Niterói-RJ. Bairro Vital Brasil. Rua Graciliano Ramos, 04. Ed. Start. Ap. 604, c/ 01 vaga de garagem e box nº 01. Área estimada no local 79,39m². Matr. 29.754 do 8º RI local. Obs.: Os débitos de IPTU e condomínio existentes até a data da venda, deverão ser apurados e pagos pelo arrematante, sem direito a reembolso (valor aproximado, atualizado até julho/2018: R\$ 57.000,00). Regularização e encargos perante os órgãos competentes da divergência da área privativa apurada no local, com a lançada no IPTU e averbada no RI, correrão por conta do comprador. Ocupado. (Cód. do imóvel 29339). Lance Mínimo: R\$ 399.000,00
24	Várzea Grande-MT. Jardim Costa Verde. Rua Júlio Louzada (antiga Rua 35), (Lt. 11 da qd. 40), esquina c/ Rua Carmem Miranda (antiga Rua 19). Casa. Áreas totais: terr. 360,00m² e constr. 226,75m². Matr. 24.802 do 1º RI local. Obs.: O Vendedor teve conhecimento da existência da seguinte ação, ressaltando que ainda não foi citado: - Ação Ordinária, processo nº 1001275-85.2017.8.11.0002 em trâmite na Vara Especializada em Direito Bancário de Várzea Grande. O Vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas “Condições de Venda dos Imóveis” constantes do edital. Ocupada. (AF). (Cód. do imóvel 29144). Lance Mínimo: R\$ 149.900,00
25	Cláudio-MG. Bairro Bela Vista. Av. Bela Vista, 720 (Lt. 13 da qd. 06). Casa. Áreas totais: terr. 203,50m² e constr. estimada no local 218,13m² (consta no RI 90,00m²). Matr. 8.431 do RI local. Obs.: O Vendedor teve conhecimento da existência da seguinte ação, ressaltando que ainda não foi citado: - Ação de Procedimento Ordinário, processo nº 0011693-04.2018.8.13.0166 em trâmite na Secretaria do Juízo - Comarca de Cláudio/MG. O Vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas “Condições de Venda dos Imóveis” constantes do edital. Regularização e encargos perante os órgãos competentes da divergência da área construída estimada no local com a lançada no IPTU e averbada no RI, correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF). (Cód. do imóvel 29155). Lance Mínimo: R\$ 114.000,00

26	<p>João Pessoa-PB. Bairro Cidade Universitária. Rua Desembargador Aurélio Moreno de Albuquerque, 45. Residencial Polaris. Ap. 302, c/ 01 vaga descoberta de garagem. Área priv. 92,18m². Matr. 115.867 do 1º RI local. Obs.: Ocupado. (AF). (Cód. do imóvel 18314). Lance Mínimo: R\$ 129.000,00</p>
27	<p>Piracuruca-PI. Setor de Indústria e Abastecimento. Rua Pref. José Lopes da Trindade, 763 (consta no IPTU nº 1.599) (quarteirão 21). 02 Galpões. Áreas totais: terr. 800,00m² (Foreiro ao Município) e constr. 185,40m². Matr. 13.054 do 1º RI local. Obs.: O Vendedor teve conhecimento da existência da seguinte ação, ressaltando que ainda não foi citado: - Procedimento Comum, processo nº 0800146-96.2018.8.18.0067 em trâmite na Vara Única da Comarca de Piracuruca. O Vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas “Condições de Venda dos Imóveis” constantes do edital. Regularização e encargos perante os órgãos competentes da divergência da atual numeração predial averbada no RI com a lançada no IPTU, correrão por conta do comprador. Ocupado. (AF). (Cód. do imóvel 28891). Lance Mínimo: R\$ 84.000,00</p>
28	<p>Fortaleza-CE. Bairro Lagoa Redonda. Loteamento Laguna Park 06. Rua A, 136A (Lt. 16 da qd. 02). Casa Geminada – Tipo Duplex. Áreas totais: terr. 200,00m² e constr. 83,43m². Matr. 80.986 do RI da 1ª Zona local. Obs.: O Vendedor teve conhecimento da existência das seguintes ações, ressaltando que ainda não foi citado: - Ação Cautelar Inominada, processo nº 0135283-23.2018.8.06.0001 em trâmite na 18ª Vara Cível – Fortaleza – Fórum Clóvis Beviláqua e Produção Antecipada de Provas, processo nº 0187399-74.2016.8.06.0001 em trâmite na 8ª Vara Cível - Fortaleza - Fórum Clóvis Beviláqua. O Vendedor responde pelo resultado das ações, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas “Condições de Venda dos Imóveis” constantes do edital. Ocupada. (AF). (Cód. do imóvel 28864). Lance Mínimo: R\$ 79.000,00</p>
29	<p>Ji-Paraná-RO. Bairro Primavera. Rua Cruzeiro do Sul, 536 (Lt. 17, qd. 79 do setor 04.01). Casa. Áreas totais: terr. 400,00m² e constr. lançada no IPTU 175,50m² (consta no RI 137,10m²). Matr. 4.507 do 2º RI local. Obs.: Regularização e encargos perante os órgãos competentes da divergência da área construída apurada no local com a lançada no IPTU e averbada no RI, correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF). (Cód. do imóvel 29137). Lance Mínimo: R\$ 72.000,00</p>
30	<p>Imperatriz-MA. Bairro Bacuri. Rua Coriolano Milhomem, 1.002 (Distrito 01, zona 08, qd. 083, lt. 0028). Terreno c/ 376,20m². Matr. 6.996 do 7º Ofício Extrajudicial da 2ª Zona do RI local. Obs.: O Vendedor teve conhecimento da existência da seguinte ação, ressaltando que ainda não foi citado: - Ação de Procedimento Comum, processo nº 0810581-72.2017.8.10.0040 em trâmite na 4ª Vara Cível de Imperatriz. O Vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas “Condições de Venda dos Imóveis” constantes do edital. Regularização e encargos perante os órgãos competentes da averbação de demolição da casa residencial constante na citada matrícula, correrão por conta do comprador. Ocupado. (AF). (Cód. do imóvel 29139). Lance Mínimo: R\$ 59.900,00</p>